



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LUCAS PEREIRA DA SILVA

**IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE
ACAUÃ: O CASO DA COMUNIDADE PEDRO VELHO, AROEIRAS-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

LUCAS PEREIRA DA SILVA

**IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE
ACAUÃ: O CASO DA COMUNIDADE PEDRO VELHO, AROEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Lucas Pereira da.
Impactos sociais causados pela construção da Barragem de Acauã [manuscrito] : o caso da comunidade Pedro Velho, Aroeiras-PB / Lucas Pereira da Silva. - 2021.
31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima , Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Barragens. 2. Impacto social. 3. Comunidade Pedro Velho. 4. Aroeiras - Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 304

LUCAS PEREIRA DA SILVA

IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE
ACAUÃ: O CASO DA COMUNIDADE PEDRO VELHO, AROEIRAS-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Área de concentração: Geografia.

Aprovada em: 07/06/2021.

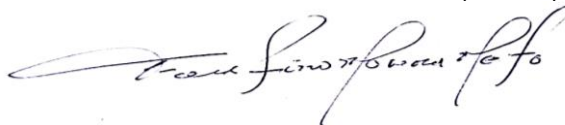
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Valéria Raquel Porto de Lima (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^ª. Ma. Nathália Rocha Moraes
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Me. Faustino Moura Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 05 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 06 |
| 2.1 | A seca: desafios e convivência | 06 |
| 2.2 | A construção de barragens como estratégia de combate à seca no Nordeste | 10 |
| 2.3 | A barragem Argemiro de Figueiredo – Acauã | 12 |
| 2.4 | O movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) | 13 |
| 3 | METODOLOGIA | 15 |
| 3.1 | Caracterização da pesquisa | 15 |
| 3.2 | Caracterização da área de estudo | 16 |
| 3.3 | Percurso metodológico | 17 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 17 |
| 4.1 | Os atingidos: entre contextos e problemas | 17 |
| 4.2 | Luta e resistência: a atuação do MAB em busca dos direitos dos atingidos | 20 |
| 4.3 | Vila Nova de Pedro Velho: a nova comunidade e o seu contexto | 22 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| | REFERÊNCIAS | 26 |
| | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A COMUNIDADE | 30 |

IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ: O CASO DA COMUNIDADE PEDRO VELHO, AROEIRAS-PB

Lucas Pereira da Silva*

RESUMO

Tendo em vista o processo de implementação de barragens com a possibilidade de suprir as necessidades de abastecimento de água para cidades em e seu perímetro, é indispensável destacar que além de beneficiar a população, também tem seu lado prejudicial, por isso, é preciso levar em consideração uma perspectiva divergente aos princípios basilares dessas construções. Nesse sentido, este estudo tem como principal objetivo analisar os impactos sociais causados pela construção da Barragem Argemiro de Figueiredo – Acauã, na comunidade Pedro Velho no município de Aroeiras-PB, sendo a referida barragem localizada na divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, no Estado da Paraíba. Nesse sentido, o estudo foi realizado visando introduzir uma discussão sobre os diversos impactos sociais produzidos e como isso vem a afetar o modo de vida de todo um povoado. Metodologicamente o trabalho se fundamenta na perspectiva do materialismo-histórico-dialético, como recursos metodológicos foram utilizados a busca bibliográfica, pesquisa documental, uso de matérias jornalísticas, registro fotográfico, aplicação de questionários e informação verbal de alguns moradores reassentados que residem atualmente na Vila Nova de Pedro Velho. Na estruturação dos resultados e discussões foram abordados o processo de desterritorialização e reassentamento da população atingida e suas repercussões, a atuação do MAB em busca dos direitos dos atingidos e o contexto atual da nova comunidade, levando em consideração as grandes transformações ocorridas nesse cenário. Em decorrências de tais fatos, a principal consideração que se pode chegar é que diante da mudança imposta pela implementação do reservatório, são nítidas suas consequências sobre a organização social da população envolvida, pois sofreram prejuízos de diversas naturezas, inclusive, até dos seus meios de sobrevivência. Além disso, foram submetidos à falta de serviços essenciais pela ausência de um adequado plano de mitigação desses impactos, bem como pela falta de infraestrutura na nova comunidade destinada ao reassentamento dos atingidos.

Palavras-chave: Barragem. Impactos. Pedro Velho.

ABSTRACT

Considering the dam's process implementation with the possibility of supplying the necessity of water's supply for the cities and its perimeter, it's indispensable to highlight that, besides to benefit the population, it has its harmful side, because of that, it's necessary to consider a divergent perspective of the basic principles of these constructions. This way, this study has its main objective to analyze the social impacts caused by the built of Argemiro de Figueiredo's Dam – Acauã, in the community of Pedro Velho at the city of Aroeiras-PB, being the referred dam located in the division between the cities of Aroeiras, Itatuba, and Natuba, in Paraíba State. This way, the study was done aiming to introduce a discussion about the various social impacts produced and how this comes to affect the way of life of all the community. Methodologically the job has its grounds in the historical – dialectical – materialism perspective, it was used as methodological sources: the bibliographical and documental search, the use of journalistic materials, the photo register, quiz application and verbal information of some residents resettled that nowadays live at Vila Nova of Pedro

Velho. In the structuring of the results and discussions approach the process of deterritorialization and resettled of the population hit and its repercussion, the action of the MAB in search for hitten's rights and the new community's current context, taking into consideration the big transformations that occurred in this scenario. As a result of such facts, the main consideration that can be achieved is that in the face of change imposed by the reservoir's implementation, it's clear its consequences about the social organization of the population involved, because they suffered losses of various nature, including their ways of surviving. Furthermore, they had been submitted to the lack of essential services and the adequate plan of these impacts mitigation, as well as for the lack of infrastructure in the new community intended for the resettlement of the affected.

Keywords: Dam. Impacts. Pedro Velho.

1 INTRODUÇÃO

A região semiárida do Nordeste, dissemelhante das outras regiões brasileiras, enfrenta o problema da escassez de recursos hídricos com maior frequência, os quais são essenciais para a manutenção da vida humana, com isso, a população sofre constantemente com as grandes estiagens que ocorrem periodicamente em consequência da variabilidade climática temporal e da irregularidade na distribuição das chuvas. Em uma escala de tempo, mostra-se como uma região historicamente castigada pela insegurança hídrica em virtude principalmente da falta de organização socioeconômica e de políticas públicas bem estruturadas de convivência com o ambiente semiárido.

Tendo em vista que a seca é um fenômeno natural e característico da região Nordeste do Brasil a qual ocasiona o problema da escassez hídrica em decorrência das estiagens prolongadas, viu-se a necessidade de pensar estratégias para conviver com essa realidade. Dessa maneira, o processo de construção de barragens é visto como solução para suprir as necessidades de abastecimento de água em cidades que estão em seu perímetro e atenuar os efeitos da seca.

Do mesmo modo, em virtude de a região ser caracterizada principalmente por rios temporários, secas periódicas, águas subterrâneas limitadas e por possuir grande parte do território constituída por uma formação cristalina, a forma mais usual para suprir a necessidade da população, principalmente em períodos de seca foi a construção de tais reservatórios para possibilitar o armazenamento da água que, por conseguinte sanaria essa demanda populacional.

A construção de barragens além de beneficiar a população, também tem seu lado prejudicial, neste sentido, pode-se levar em consideração uma perspectiva divergente aos princípios dessas obras. Por isso, cabe destacar o problema relacionado aos impactos sociais causados pelas mesmas, que acabam provocando grandes efeitos sob comunidades ribeirinhas, as quais são submetidas à vulnerabilidade social em consequência desses empreendimentos, como a do caso estudado, que irá apontar evidentemente esta problemática, visto que, além de Pedro Velho, várias outras comunidades nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, as quais se localizavam as margens do leito do rio Paraíba foram afetadas pela barragem de Acauã.

Levando-se em consideração a proporção das transformações decorrentes da implementação de tais obras, enfatizando o processo de construção de uma barragem e quais seus possíveis reflexos em comunidades ribeirinhas, é pertinente uma discussão sobre os diversos impactos produzidos e como isso interfere no modo de vida dos indivíduos inseridos nessas circunstâncias.

Logo, este estudo justifica-se pela necessidade de serem investigadas as possíveis consequências da implementação de obras desse porte, com o olhar direcionado para a população diretamente atingida, que é obrigada a se retirar de seu espaço de vivência, fato que causa a desestruturação do padrão de organização social e impactos de diversas naturezas, além de serem submetidos à falta de serviços básicos nas novas localidades destinadas ao reassentamento das famílias.

Nessa perspectiva, é relevante pontuar tais aspectos, dando-lhes notoriedade e visibilidade já que a ausência de um planejamento bem estruturado, e que poderia amenizar os efeitos causados nas comunidades envolvidas, acaba por resultar em problemas sociais de grande significado.

Tendo em vista o contraponto da implementação de uma obra desse porte, o presente o estudo busca analisar em uma perspectiva de visão divergente aos princípios dessas construções, tendo como principal objetivo analisar os impactos sociais causados pela construção da Barragem Argemiro de Figueiredo – Acauã na comunidade Pedro velho, no município de Aroeiras-PB. Dessa maneira, o estudo foi realizado visando propor uma discussão sobre os diversos efeitos causados e a interferência explícita provocada na comunidade atingida pela barragem.

Metodologicamente o trabalho se insere na perspectiva do materialismo-histórico-dialético e, para a obtenção dos seus resultados se fez necessário a busca bibliográfica, pesquisa documental, registro fotográfico, uso de matérias jornalísticas e aplicação de questionários com a população diretamente atingida. Todos esses artifícios foram de fundamental importância para subsidiar as discussões, bem como, para o melhor entendimento da realidade pesquisada.

Dessa forma, a construção de reservatórios desse porte, *a priori* tem por finalidade o desenvolvimento de atividades agropecuárias, de piscicultura, uso na produção industrial, mas, principalmente para atender as necessidades hídricas para o consumo humano. Com isso, além de apresentar pontos positivos, também acabam causando grandes impactos em comunidades ribeirinhas, as quais são submetidas a uma série de problemas em decorrência dessas obras. Nesse sentido, é importante que seja discutido quais as consequências dessas construções e como isso vem afetar a vida das pessoas inseridas nesse contexto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A seca: desafios e convivência

O Semiárido brasileiro é historicamente marcado e conhecido por apresentar com maior frequência baixos índices de precipitações pluviométricas, o que ocasiona o déficit hídrico na região e uma série de outros problemas desencadeados pela seca, tal fato gera intensos debates sobre os desafios e a convivência com este fenômeno.

Com a nova delimitação do semiárido utilizando critérios técnicos e científicos (Fig. 01), por meio das Resoluções do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, fica estabelecido que o Semiárido brasileiro é composto por 1 262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, abrangendo uma área de aproximadamente 1.128.697 Km². Os critérios para delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Figura 1 – Delimitação do Semiárido Brasileiro.



Fonte: SUDENE, 2017.

A designação de seca é dada referente a um período prolongado de baixos índices pluviométricos e pela perda de umidade do solo, porém é considerado um fenômeno natural que ocorre periodicamente, para Campos e Studart:

A seca climatológica refere-se à ocorrência, em um dado espaço e tempo, de uma deficiência no total de chuvas em relação aos padrões normais que determinaram as necessidades. Esse tipo de seca tem como causa natural a circulação global da atmosfera e pode resultar em redução na produção agrícola e no fornecimento de água, seja para abastecimento, seja para outros usos. (CAMPOS E STUDART, 2001. p. 03).

Nesse sentido, a seca climatológica é o fator primordial que vai contribuir para a constituição do problema da seca hidrológica, que de fato e mais precisamente vem a afetar os indivíduos inseridos principalmente na região de abrangência do semiárido nordestino, causando-lhes impactos de diferentes naturezas. Desse modo, é pertinente destacar as principais vertentes que envolvem este problema, que segundo Cunha são:

Os impactos econômicos verificam-se ao nível da agricultura, do abastecimento público de água, do turismo, da indústria, da produção de energia e também ao nível dos transportes e navegação. **Os impactos sociais** podem resultar em implicações na saúde pública, na segurança ou na falta de emprego induzindo as populações à migração. Este tipo de impacto pode até estar associado ao êxodo para outras regiões, pela dificuldade de subsistência das populações devido a situações de seca com uma periodicidade relativamente regular. **Os impactos ambientais** prendem-se essencialmente com a redução da biodiversidade, a redução da água existente no subsolo, nomeadamente nos aquíferos, cujos níveis de água, sendo diminuídos, permitem a intrusão da água salgada (quando os aquíferos estão situados em zonas costeiras), verificando-se também uma redução das zonas húmidas (principal responsável pelo desaparecimento de alguns ecossistemas). As secas têm ainda implicações ao nível da água superficial, que tendo os volumes reduzidos, levam a uma maior concentração de poluentes na água, deteriorando a qualidade da mesma. (CUNHA, 2008. p. 10).

Para Campos e Studart (2001) a seca hidrológica pode ser entendida como a insuficiência de águas nos rios ou reservatórios para atendimento das demandas de águas para

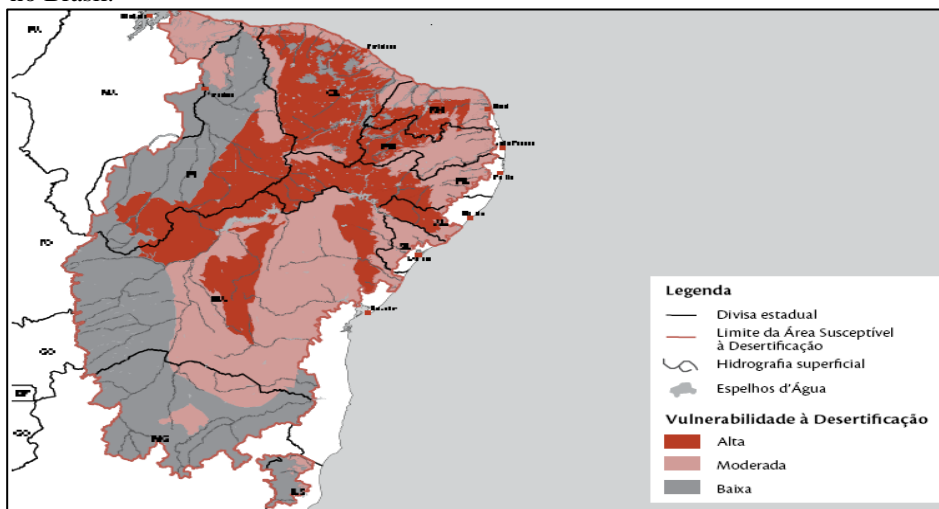
suprir as necessidades da população. Tal seca pode ser resultado de uma sequência de anos com baixos índices pluviométricos, bem como pelo fato de um mau gerenciamento dos recursos hídricos acumulados nos reservatórios, que pode resultar em uma crise hídrica e, conseqüentemente, na desorganização socioeconômica de determinada região.

Ab'Sáber (1999) pontua que o excesso de calor na região descompensa o nível e o volume das precipitações estacionais até fazer secar os cursos d'água naturais, como também a diminuição do nível de seus reservatórios até à chegada da estação chuvosa. À medida que as chuvas cessam e chega o período de estiagem mais forte, os restos de água existentes no solo se evaporam rapidamente. Os lençóis d'água subsuperficiais tornam-se mais profundos e os próprios rios passam a alimentar tais lençóis localizados próximos de seus leitos, ocasionando esse fenômeno que também contribui nesses aspectos.

As variações periódicas pluviométricas sobre a Região Nordeste ocasionam o fenômeno designado de seca. Sendo uma ocorrência natural e recorrente no Nordeste, a seca afeta diretamente a vida das pessoas que ocupam esse espaço, que, como todos os seres vivos, necessitam da água para sobreviver. Nesse contexto, é evidente o problema da escassez de recursos hídricos, com isso, tais indivíduos sofrem constantemente com as grandes estiagens que ocorrem em consequência da variabilidade do clima e da irregularidade na distribuição das chuvas. O resultado desse cenário é o racionamento, ou colapso, em sistemas de abastecimento d'água das cidades ou das áreas de irrigação das produções agrícolas.

As secas se constituíram, durante muito tempo, como um problema na região. No âmbito econômico também há suas influências, pois por causa do despreparo e pela falta de estratégias eficientes as pessoas dessas regiões sofrem para enfrentar ou conviver com os efeitos das secas. Outro problema evidente é o processo de desertificação que está em curso em várias áreas semiáridas do Nordeste, em consequência também da ação antrópica, que contribui para o agravamento e o avanço das condições de suscetibilidade a este fenômeno, visto que, grande parte da região apresenta condições favoráveis para a concretização desse processo ao decorrer do tempo (Fig. 02).

Figura 2 - Vulnerabilidade ambiental envolvendo a Área Suscetível à Desertificação no Brasil.



Fonte: Elaborado por Funceme e CGEE, com informações do Modelo Digital de Elevação gerado pelo SRTM/Nasa, 2001; do Mapa Geodiversidade do Brasil, CPRM, 2006; do Mapa de Unidades de Relevo do Brasil, IBGE, 2006; do Atlas Nacional do Brasil, Região Nordeste, IBGE, 1985; do limite das ASD do Brasil, PAN-Brasil, MMA, 2005; e a Proposta de Dimensionamento do Semiárido Brasileiro, BNB/Funceme, 2005.

Ab'Sáber (1999) aponta que os planos governamentais de prevenção às conseqüências das secas têm sido relativamente impotentes e pouco eficazes para atender à sociedade que

necessita desses meios para o convívio com a mesma. Nesse sentido, é necessário injetar recursos de forma mais direta, tendo como base em boas ideias, contando também com o auxílio de tecnologias, para que assim sejam empregadas de forma pontual e eficaz. Com isso, motivando a fixação da população, dando oportunidade e melhorando suas condições auto-sustentáveis de trabalho e seus padrões de vida em sua perspectiva social.

As condições de vida das populações residentes no semiárido nordestino são afetadas em consequência de tal fenômeno. As incertezas desse contexto são evidenciadas pela carência de água no que se refere ao abastecimento e consumo humano, como também para as atividades agropecuárias, deixando assim em certos períodos uma desorganização das atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões, afetando principalmente o pequeno produtor, por não ter condições econômicas para recorrer a formas alternativas para lidar com esse empecilho.

Nesse contexto, vale ressaltar algumas medidas e políticas públicas voltadas para a amenização de tais problemas através de órgãos governamentais. Para Brito et al. (2017), o presidente paraibano Eptácio Pessoa foi o criador do primeiro plano integrado de intervenção governamental, transformando a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que em 1945 foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS), o qual realizou uma série de estudos geológicos, hídricos, geográficos, mineralógicos, desenvolvendo uma política hídrica na Região Nordeste.

Segundo Brito et al. (2017) o DNOCS foi fundamental para tentar desenvolver o potencial do Nordeste através de programas de infraestrutura, de armazenamento de água, de transporte e distribuição. Desse modo, a região desenvolveu diversas atividades como a agricultura irrigada, utilizando os sangradouros dos açudes, cisternas e poços, assim, possibilitando a produção de culturas diversificadas (bananeiras, algodoeiro, tomateiro, etc) em seu ramo econômico. Portanto, é fundamental reconhecer a importância econômica e social das obras realizadas pelo DNOCS e seus antecessores para o armazenamento de água no semiárido, pois o órgão foi criado com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável da região Nordeste por meio das suas políticas públicas.

Além do DNOCS, ainda cabe destacar outro órgão importante que teve um papel fundamental no desenvolvimento das potencialidades da Região Nordeste com suas políticas pautadas em diversos segmentos da população, este órgão intitulado de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE criada no ano de 1959, de acordo com Rebouças:

A atuação da SUDENE teve diretrizes definidas em sucessivos Planos Diretores de Desenvolvimento Regional que promoveram o levantamento básico dos recursos naturais (solo, água, fauna, flora, recursos minerais, recursos pesqueiros), estudos multidisciplinares de bacias hidrográficas – como base para inauguração do modelo de desenvolvimento sócio-econômico sustentado de unidades geoeconômicas de planejamento –, industrialização, turismo, dentre outros setores. (REBOUÇAS, 1997, p.138).

Para atenuar os impactos causados pela seca, programas e estratégias foram implementadas visando atender os indivíduos envolvidos nesse contexto. Cabe destacar alguns desses, os quais tiveram significância e que foram fundamentais para a população nordestina. Dentre eles, podemos citar, a perfuração de poços artesianos, construção de açudes, barragens, adutoras, a transposição das águas do Rio São Francisco, Operação Carro-Pipa no abastecimento à população, Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), entre outros.

No contexto atual, pode-se dizer que essas políticas públicas para o convívio com a seca mostram-se necessárias para o enfrentamento desse empecilho, pois são estratégias importantes para minimizar os impactos sentidos entre as periodicidades desse fenômeno. Em linhas gerais, esses programas foram imprescindíveis, principalmente para famílias carentes,

dando-lhes oportunidade de acesso mais amplo a água, tanto para a conotação econômica (na produção agropecuária), como para o consumo humano.

Apesar da minimização dos impactos das secas através de políticas de combate e convívio, em sua ordem social, política e econômica esse problema encontra-se ainda longe de ser erradicado, pois hoje ainda persiste, causando vários empecilhos para a população inserida nessas circunstâncias. Nesse sentido, essa periodização faz com que em alguns anos as chuvas cheguem dentro do tempo esperado, entretanto, em determinado tempo ocorre o atraso ou baixos índices pluviométricos, assim criando diversos impactos para a população atingida.

Dessa forma, o fenômeno da seca além de ser consequência de causas naturais, também integra-se na questão política, devido ao descaso dos governantes que utilizam de obras ou programas assistencialistas voltados a população como um ponto favorável ao seu prestígio político. Então, vê-se nessa perspectiva que a falta de água vai além de causas naturais, ela também faz parte de um jogo de interesses políticos. Dessa maneira, é indispensável adaptar o homem a estas condições em que eles estão suscetíveis a enfrentar, e de fato, aparelhar seu meio, adaptando-o por meio de políticas pública eficazes de combate e convívio com a seca, bem como um gerenciamento eficiente desses recursos, assim minimizando seus impactos e educando a população para enfrentar essas crises momentâneas.

2.2 A construção de barragens como estratégia de combate à seca no Nordeste

A construção de barragens no Nordeste foi à princípio uma forma convencional idealizada para suprir as necessidades e demandas populacional e animal em tempos de secas prolongadas, como pontua Rebouças (1997, p. 136) “As secas de 1825, 1827 e 1830 marcaram o início da açudagem no Nordeste semiárido como fonte de água para abastecimento humano e animal durante tais períodos”.

No contexto em que se insere a região Nordeste, enfrentando secas periodicamente, é evidente que seria necessário se pensar estratégias de convívio com esse fenômeno e que pudessem amenizar seus impactos e atender a demanda populacional, onde segundo Ab’Sáber:

Deixando-se de considerar as formas difusas de conservar água para atender às necessidades mínimas – de ordem familiar, de reduzidas culturas ou do limitado criatório de ovinos e bovinos – abre-se a temática para soluções técnicas mais amplas e ambiciosas. Referimo-nos, em primeiro lugar, à questão da açudagem, que envolveu impactos de diferentes natureza. (AB’SÁBER, 1999, p. 52).

O processo da construção de barragens no Nordeste vem ocorrer mais enfaticamente após a seca de 1877, ano em que a região presenciou uma grande seca, assim necessitando de medidas de caráter imediato que possibilitasse a implementação de uma infraestrutura hidráulica que pudesse atender mais concisamente a população afeada por esse fenômeno.

Para Campos e Studart (2001) a atenuação dos efeitos da seca hidrológica depende muito da eficiência da gestão das águas. A tal gestão referida deve apresentar-se em duas funções da Engenharia: transporte de água no tempo - dos "invernos" onde há uma maior disponibilidade desse recurso, para as secas, e o transporte de água no espaço, dos açudes para as cidades e os campos de irrigação (distribuição). A primeira ferramenta a ser utilizada foi a açudagem, que foi provida ao Nordeste em um resultado de muitas décadas de trabalho do DNOCS.

De acordo com Ab’Sáber (1999), para que a proposta se tornasse possível, de forma que atendesse a maior número de necessitados, era necessário que os órgãos oficiais e governantes elegessem os locais para execução dos projetos, desapropriando a área do seu entorno. Com isso, a fim de atender às necessidades humanas por esse recurso.

Eventualmente mostra-se necessário analisar as questões envolvidas no processo de construção de barragens, suas possíveis justificativas, controvérsias, e consequências, sendo esta uma pauta a ser abordada de forma mais abrangente e que possa englobar vários aspectos envolvidos nesse meio, como aponta Medeiros:

Assim, o debate em torno das barragens coloca em cheque pontos de vista estabelecidos de como as sociedades desenvolvem e gerenciam seus recursos hídricos em um contexto mais amplo de opções de desenvolvimento. Em meio às controvérsias e grandes contradições envolvidas nesse debate, é importante prosseguir analisando porque as barragens são construídas e o que está por trás das demandas que justificam a construção das mesmas. (MEDEIROS, 2010, p. 34).

No que se diz respeito a concretização dos objetivos principais de uma construção de um reservatório, vale salientar quem nem sempre tais propósitos são atingidos, como indicam Souza e Azevedo:

Nessa perspectiva, apesar da construção de grandes reservatórios de água ter como objetivo principal suprir a necessidade da população por esse recurso, muitas vezes, esse objetivo não é atingido, devido ao descaso dos governantes que se contentam apenas em mostrar que estão preocupados com a camada da população que está necessitando daquele recurso, mas, no entanto, ao concluir as obras, não mais interessa se o objetivo foi ou não alcançado, o que importa é que, o nome deles está sempre associado a construção daquele empreendimento como um ponto favorável ao seu prestígio político. (SOUZA; AZEVEDO, 2013, p. 114).

Em relação aos benefícios dessas obras não podemos deixar de citar alguns deles, como, o controle de enchentes, desenvolvimentos de atividades como a piscicultura, agropecuária, irrigação, a produção industrial, abastecimento humano, principalmente com a crescente população urbana. Porém, é fundamental ter o olhar voltado para os possíveis impactos que obras desse porte podem causar a populações ribeirinhas, como também dimensionar os reflexos na ação antrópica sobre meio natural.

Tendo em vista a temática dos impactos sociais relacionados a tais construções sobre as comunidades ribeirinhas, é relevante a consideração sobre as condições a quais são submetidos, segundo Sousa et al.:

Em praticamente todos os casos de construção de barragens, um significativo número de famílias tem seu habitat natural destruído ao ser encoberto pelas águas, o que obriga o deslocamento destes contingentes populacionais para novos locais. As perdas que estes grupos humanos sofrem são, a rigor, irreparáveis. Acrescente-se que, em inúmeros casos, a atitude e os procedimentos dos responsáveis pela construção das barragens agravam a situação porque não dialogam com a população, desrespeitam seus mais comecinhos direitos e não cumprem o que determina a legislação específica, tanto no que diz respeito à população quanto no que tange ao meio ambiente. (SOUSA et al., 2005, p. 2).

Diante de toda questão envolvida no processo de construção de barragens e seus possíveis efeitos, cabe aqui destacar duas concepções geográficas oportunas que estão interligadas nestas discussões e que servem de embasamento na perspectiva de análise do estudo, a primeira delas, o território, que de acordo com Souza (2000, p. 84) “o território surge, na tradicional Geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um determinado grupo social”. Nesse sentido, o território é concebido pela apropriação/dominação do espaço, que logo é territorializado, definido/delimitado a partir das relações de poder.

A segunda categoria, o lugar, que segundo Santos (2006, p. 218) se constitui e se manifesta através de “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e

instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum”. Ainda nesta linha de pensamento, também pode-se conceber o lugar como “o espaço vivido” conforme Corrêa (2000, p. 33) “o espaço vivido é, por outro lado, marcado ainda por uma afetividade maior que nas sociedades industriais. A afetividade manifesta-se tanto no que se diz respeito ao gostar dos lugares como à movimentação espacial”. Desse modo, pode-se dizer que o lugar é o espaço vivido/percebido em que o indivíduo tem um elo de identidade e pertencimento.

Dessa forma, diante das categorias geográficas apresentadas é que se pode analisar em que perspectivas são evidenciadas os problemas relacionados a tais construções em termos sociais, além disso, é indispensável salientar que, a instalação desse tipo de obra provoca uma verdadeira reordenação da população presente na referente área, pois seus territórios são invadidos pelas construções desses reservatórios, sendo assim desterritorializadas e obrigadas a serem realocadas para outro espaço.

2.3 A barragem Argemiro de Figueiredo – Acauã

Diante das reflexões apresentadas é que entra em discussão a barragem referida neste estudo, com isso, sendo apresentados alguns pontos mais importantes sobre a construção e repercussão desta obra, visto que, é indispensável conhecer o elemento chave que provocou o levantamento de questionamentos e discussões empregadas na pesquisa.

Segundo Sousa et al. (2005) em 14 de junho de 1999, teve início às obras da construção da Barragem Argemiro de Figueiredo, mais conhecida como Acauã, na divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, no Estado da Paraíba. A construção física da estrutura do barramento foi concluída em Agosto de 2002 e ocorreu a cerca de 20 km da cidade de Salgado de São Félix, na região denominada de médio Paraíba, formando um reservatório com capacidade para armazenar um volume de 250 milhões de metros cúbicos de água, com uma descarga projetada de 4.000 m³/s e uma tomada de água que dará curso a uma vazão contínua de 5 m³/s, o que, de acordo com o projeto, garantirá um nível médio permanente de 90% da capacidade de armazenamento do reservatório.

O principal objetivo foi designado para o abastecimento de cidades da região circunvizinha de suas dependências, como pontua Sousa et al.:

O objetivo principal do empreendimento é o abastecimento de água potável para 09 cidades da região (Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes), além do reforço no sistema de abastecimento de outras 04 cidades: Campina Grande (2ª maior cidade do Estado), Boqueirão, Queimadas e Caturité. (SOUSA et al, 2005, p. 3).

Além disso, o projeto previa em um plano secundário, o desenvolvimento de atividades de irrigação no baixo vale do Paraíba, bem como em algumas áreas do Rio Paraíba, afluente do Paraíba, além da criação de um polo pesqueiro e da regularização da vazão a jusante da barragem, que contribuiria para o controle das enchentes nas cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo (SOUSA et al., 2005).

Na época da construção e logo após a inauguração reinou certa tranquilidade, pois era previsto um prazo relativamente considerável para a mesma atingir a cota de sangria, porém ocorreu que no ano de 2004 em decorrência de altos níveis de precipitação, com isso, ela atingiu sua capacidade total com apenas dois anos após sua inauguração, inundando por completo comunidades ribeirinhas que foram obrigadas a se retirarem de suas casas e conseqüentemente realocadas para outras áreas, como pontua Sousa et al. (2005, p. 03) “a barragem, que ocupa uma bacia hidráulica de 1.725 ha, provocou o deslocamento de aproximadamente 5.000 pessoas (900 famílias) que viviam às margens do rio”.

2.4 O movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Os primeiros passos da organização do Movimento dos Atingidos por Barragens tiveram início ainda no final da década de 1970 à princípio em reação a construção de hidrelétricas, segundo (Benincá 2011) na Bacia do Rio Uruguai, na região Sul do país, no ano de 1979 foi criada a Comissão de Barragens em oposição à construção das barragens de Machadinho e Itá. A partir da década de 1980, esta organização passou a se chamar Comissão Regional de Barragens e, mais adiante de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Nessa região, a Eletrobras idealizava a construção de 25 hidrelétricas, o que iria expulsar um grande contingente de pessoas dessas áreas de municípios dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesse sentido, gerou-se uma mobilização de agricultores familiares em relação à problemática da instalação desses empreendimentos, que contou com o apoio de segmentos da Igreja Católica e Evangélica, Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras organizações e sindicatos que visavam discutir com a população formas de reagir ao projeto que se impunha.

No período da redemocratização, principalmente a partir da década de 1980, surgem diversos movimentos sociais, que desempenham um papel importante na conscientização principalmente da população economicamente mais vulnerável fazendo com que eles se tornem indivíduos conhecedores da própria realidade, assim podendo participar enquanto indivíduos no meio social em buscas dos seus direitos, segundo Scherer Warren e Reis:

O caso brasileiro mais significativo de empoderamento a partir das bases organizacionais foi do Movimento Sem Terra (MST), que se organizou como movimento nacional a partir de meados da década de 1980, passando posteriormente a ser uma referência à organização de vários movimentos sociais, inclusive um parceiro político relevante do movimento contra as barragens. De fato, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como movimento nacional, apenas surge em 1991, por ocasião do I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens. O MAB teve, inicialmente, sua sede em São Paulo e, posteriormente, em Brasília. (SCHERER WARREN E REIS, 2006, p. 11).

Não diferente de outros movimentos sociais, o MAB surge em resultado de lutas espontâneas, neste caso, essencialmente de moradores atingidos pela construção de barragens em meio à expansão do setor energético nacional, principalmente na implementação de hidrelétricas, como também as com fins de armazenamento para o abastecimento, segundo Benincá (2011, p. 82) “no final dos anos 1970 e alvorecer da década de 1980, os atingidos por barragens começam a se organizar em três regiões do país: Sul, Nordeste e Norte. Essas e outras organizações locais desembocaram, em 1991, na criação do MAB”.

Ainda sobre algumas considerações acerca do surgimento do MAB é pertinente discutir sobre os principais motivos que levaram o nascimento desse movimento, de acordo com Evangelista:

O MAB surgiu enquanto movimento social de enfrentamento dos fortes impactos que surgiram com a construção de barragens para a implantação de usinas hidrelétricas sobre a vida das comunidades rurais locais, compostas em sua grande maioria de camponeses. Com a construção dessas mega barragens, essas comunidades começaram a se organizar devido à intensificação da falta de condições básicas de reprodução social e material das famílias deslocadas pela obra. (EVANGELISTA, 2012, p. 208).

Nesse contexto, vê-se a relevante atuação do MAB na reivindicação dos direitos dos atingidos, pois o movimento torna-se uma voz desse povo, assim dando visibilidade a causa, buscando promover uma qualidade de vida digna aos indivíduos envolvidos nessas circunstâncias. Nesse sentido, tal articulação é fundamental para a pauta das lutas, bem como

para o ressarcimento desses prejuízos causados por essas construções (conquistas), como pontua Scherer Warren e Reis:

Na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusiva de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. (SCHERER WARREN E REIS, 2006, p.11).

Benincá (2011) aponta três grandes momentos na trajetória do MAB, com diferentes perspectivas de discursos e práticas de seus militantes em cada momento desse percurso. A primeira fase vai do final dos anos 1970 até 1991 com as primeiras experiências de organização e lutas contra as barragens. A segunda fase, entre os anos de 1991 e 2002, período o qual o movimento já mais consolidado, amplia suas bases de atuação nacional, bem como a atuação de suas ações com movimentos internacionais. Já a terceira fase, ocorre de 2003 em diante, período em que o movimento já bastante articulado reposiciona-se com mais ênfase em busca de democracia participativa, integrando-se, em 2005, à Assembleia Popular Nacional, visando uma discussão de um projeto popular para o Brasil.

Segundo Benincá (2011) a construção da personalidade de qualquer organização social necessita das pessoas que o compõe, as ideias defendidas, estratégias, os objetivos que buscam, etc. Desse modo, dentre os segmentos sociais que o Movimento dos Atingidos por barragens reúne estão: trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros indivíduos independente de gênero, etnia, idade, sendo esses os que fazem a importância do movimento, é importante frisar que a composição da organização do movimento vai variar de acordo com cada realidade. Em complementação com esse argumento acerca de movimentos coletivos e da reação dos atingidos Evangelista (2012, p. 212) pontua que “só mecanismos de movimentos coletivos são capazes de fazer com que comunidades reajam contra a ação do Estado na implantação de grandes obras”.

Evidentemente, mostra-se necessário o questionamento e a luta dos atingidos perante a essas obras, e no caso de um eventual dano exercer seu direito no ato de reivindicar todos os prejuízos que forem reparáveis, pois tais construções se não bem planejadas tem um potencial enorme na produção de impactos de diversas naturezas sob populações ribeirinhas, como aponta Medeiros:

Assim, se instituiu como necessário e importante que a população prejudicada pelas barragens lute para ser reconhecida como atingida, ou seja, aquela que teve prejuízos com o alagamento das terras, e que tem direito a uma política de compensação correta e justa. O conceito de atingido se refere, também, como esclarece o Movimento dos Atingidos por Barragens (s/d), às pessoas, que ameaçadas pela construção de uma barragem, possam questionar e impedir tal construção, argumentando os prejuízos causados, englobando perdas ambientais, culturais e sociais. (MEDEIROS, 2010, p. 62-63).

Ao caracterizar o MAB como um movimento socioambiental na busca por direitos daqueles que são atingidos por barragens, nesse sentido, torna-se necessário destacar alguns de seus propósitos para com a população que necessita de sua assistência referente a difícil tarefa da busca de seus direitos básicos após um eventual dano, com isso, os principais objetivos do movimento, segundo Benincá são:

Os principais objetivos do Movimento são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo da terra. Reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para

todos, com tarifas populares para os consumidores familiares. (BENINCÁ, 2011, p. 100).

Desse modo, é louvável a atuação desse movimento, sendo ele indispensável na articulação política e social em que se constitui o problema, pois sem a sua atuação tampouco a população teria tanta notoriedade e dificilmente conseguiria algumas facilidades de fato para essa interlocução visando atingir seus objetivos em busca de seus direitos.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A partir da delimitação de um recorte espacial e dos objetivos preestabelecidos diante da problemática proposta, a realização deste trabalho se constituiu de algumas etapas metodológicas que servirão de suporte para as discussões vislumbradas, por isso, é imprescindível que a pesquisa esteja delimitada em um campo metodológico adequado, o qual é responsável por fornecer toda a base para a construção argumentativa apresentada. Nesse sentido, a mediação de tais diálogos levou em consideração as particularidades e o contexto da população inserida no espaço da pesquisa para a escolha do método que nortearia as reflexões aqui expostas.

Inicialmente a observação e descrição da realidade se fazem importantes, no sentido de identificação dos fatores relacionados à problemática deste estudo. Nessa perspectiva, é indispensável o conhecimento do contexto da comunidade de Pedro Velho, Aroeiras-PB, atingida pela construção da Barragem de Acauã e como isso veio a interferir nos modos de vida da população local.

As reflexões apresentadas foram subsidiadas pela utilização do método materialismo-histórico-dialético, tendo em vista a necessidade de compreender as relações, transformações e dinâmicas que ocorreram ao longo do tempo na localidade, tratando-se assim de um estudo do passado e do presente, de acordo com Lakatos e Marconi:

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (LAKATOS E MARCONI, 2003. p. 107).

Também é parte relevante e contribuinte desta análise a aproximação com os indivíduos que ocupam aquele espaço, considerando suas mais diversas formas de enxergar os fenômenos a sua volta, pois segundo Gil (2008, p. 14):

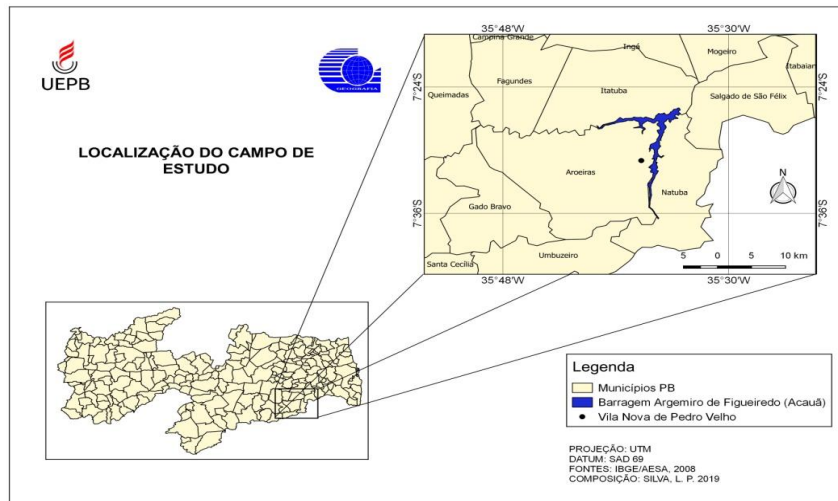
A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraído de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Dessa maneira, a partir da adequada escolha do método que baliza este estudo acredita-se que foi fundamental para alcançar os objetivos estabelecidos, para a análise do problema, além de melhor direcionar as metodologias a serem desenvolvidas durante o percurso da pesquisa. Desse modo, diante da delimitação metodológica utilizada no estudo e através das suas contribuições é que se têm os diálogos expostos e seus resultados acerca da temática explorada.

3.2 Caracterização da área de estudo

A comunidade de Pedro Velho era configurada como um pequeno distrito pertencente ao município de Aroeiras, localizado do estado da Paraíba e que está inserido na mesorregião do Agreste paraibano com as seguintes coordenadas, 07° 32' 43" S e 35° 42' 22" W, apresentando altitudes entre 300 e 700 metros (Fig. 03).

Figura 3 - Localização da barragem de Acauã e do distrito de Pedro velho.



Fonte: SILVA, L. P. da, 2019.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o município possui uma população equivalente a 19.082 habitantes, sendo 9.531 residentes na zona urbana e 9.551 na zona rural distribuídos em uma área de 376,118 km². Limita-se ao Norte com Fagundes e Itatuba; a Oeste; com Queimadas e Gado Bravo, a Leste com Natuba, e ao Sul com Umbuzeiro.

A comunidade de Pedro Velho, objeto de análise desse estudo, localizava-se às margens do rio Paraíba, no trecho do seu médio curso. Contudo, com a construção da barragem de Acauã toda essa comunidade ribeirinha ficou submersa pelas suas águas, obrigando seus moradores a serem realocados para a Vila Nova de Pedro Velho, a qual está localizada a aproximadamente 12 km do perímetro urbano principal do município a que pertence, sendo sua construção feita especialmente para abrigar os moradores advindos do antigo distrito atingido pela barragem de Acauã.

Geograficamente o município em que a comunidade está inserida apresenta um relevo que possui uma superfície irregular e quase todo ondulado, está inserida na bacia hidrográfica do médio Paraíba, sendo seus principais tributários: os rios Paraíba e Paraibinha, além dos riachos: do Pereiro, Aroeiras, Cabeça de Negro e Mororó. O principal corpo de acumulação de água é o Açude João Pessoa. Os principais cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. O potencial de água subterrânea é quase sempre baixo a muito baixo, aparecendo pequenas áreas com potencial mais alto, com a qualidade variando em função do substrato (CPRM, 2005).

Com relação às características da vegetação temos a predominância da caatinga, vegetação fechada composta em sua maioria por árvores baixas, tortuosas e que apresentam espinhos e folhas que caem no período da seca, com exceção de algumas espécies. Referente aos tipos de solos são do tipo Litólicos (neossolos), rasos pedregosos e fertilidade natural média; nas baixas vertentes os solos são Bruno não Cálcidos (luvisolos), textura argilosa, e fertilidade natural alta e nos topos planos ocorrem os Latossolos, profundos, bem drenados, ácidos e de fertilidade natural baixa (CPRM, 2005).

O clima é denominado de semiárido, é relativamente quente, sendo caracterizado mais evidentemente por duas estações bem definidas e marcantes, uma estação chuvosa, denominada de inverno, que abrange um período de março e estende-se até setembro, e outra estação denominada de verão, muito quente, seca e com baixos índices pluviométricos, no período que compreende o fim de setembro ao início de março. As demais estações não se apresentam de forma tão evidente como as destacadas (CPRM, 2005).

3.2 Percorso Metodológico

A busca bibliográfica é parte fundamental das análises, esta apresenta-se na abordagem de assuntos como: o fenômeno da seca, seus desafios e impactos, políticas públicas e estratégias para a convivência com a seca, o processo de construção de barragens, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), interferência do ser humano sobre o espaço, reflexos da ação antrópica, entre outros pontos importantes para a compreensão da realidade pesquisada. Para tanto, foram utilizados autores como, Sousa (2005), Souza e Azevedo (2013), Campos e Studart (2001), Ab'sáber (1999), Benincá (2011), entre outros, que deram suporte para fomentar tais discussões.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados que possibilitaram a constatação e produção dos resultados da pesquisa, a princípio é possível afirmar que foi realizado um estudo de caso com observação “*in loco*”, através de idas a campo para realização de registros fotográficos na comunidade atingida, visto que, é pertinente destacar as transformações ocorridas na paisagem em virtude da construção da barragem, bem como, para a averiguação do quadro atual dos indivíduos na nova comunidade. Outra estratégia utilizada foi o uso de noticiários jornalísticos que atestam algumas das discussões apresentadas, bem como, a utilização da pesquisa documental, através dos relatórios apresentados pela comissão especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, em razão deste documento ser oficial, se fez de suma importância para a aferição e constatação de dados e informações mais precisas pertinentes ao caso estudado.

Por fim, foram feitos questionários com 50 pessoas da comunidade, visto que é necessária uma maior flexibilidade nos diálogos, abrindo assim também espaço para informações verbais complementares de alguns moradores reassentados e que residem atualmente na Vila Nova de Pedro Velho, para assim ter um melhor entendimento por meio da percepção dos atingidos acerca do problema investigado. Em suma, pode-se afirmar que tais instrumentos foram fundamentais e os responsáveis que deram o total suporte para uma compreensão mais clara da realidade estudada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Os atingidos: entre contextos e problemas

Em razão da construção da barragem de Acauã, fez-se necessário evidentemente a determinação de desapropriação das áreas que seriam inundadas assim que o reservatório recebesse determinado aporte hídrico. Com isso, diversos impactos ocorreram sobre o meio humano em consequência da expulsão compulsória de um grande contingente de pessoas que residiam no antigo povoado denominado de Pedro Velho (470 famílias), estes, obrigados a abandonarem seus lares e as atividades produtivas que desenvolviam, provocando assim danos a toda infraestrutura e organização econômica presente na comunidade, bem como, nas relações sociais ali existentes.

Diante disso, no ato da expulsão desses indivíduos dos seus espaços de vivência, evidencia-se o poder legitimado que o Estado exerce sobre o território, pois o mesmo possui

uma enraizada e intrínseca tradição jurídico-política de gestão de territórios, como aponta Haesbaert (2004, p. 62) “o vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado.”

A retirada dos atingidos de seus territórios se engloba na perspectiva de dois processos concomitantes e indissociáveis, a desterritorialização e a reterritorialização, visto que os mesmos foram obrigados a se retirarem de seus lares em virtude da invasão de seus territórios pela construção da barragem, sendo assim, desterritorializados e realocadas para outro espaço. Este fato, implica dizer que foi posto um fim em seus territórios com o intuito de abrir espaço para a implementação do referido empreendimento.

De acordo com Haesbaert (2000), o processo de desterritorialização pode ocorrer de forma simbólica, com a destruição de elementos referentes a identidades, símbolos e a história, bem como, de elementos concretos, materiais, políticos e econômicos. Neste sentido, diante a estas concepções, na prática pode-se ser observado que evidentemente os atingidos sofreram as consequências inerentes a este processo, em virtude da perda de seus territórios e a quebra de vínculos ali presentes.

É pertinente destacar que a comunidade antes desfrutava de sua localização privilegiada às margens do Rio Paraíba, os quais se favoreciam pela acessibilidade à terra fértil, contribuindo assim para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, principalmente da agricultura, criação de animais e pesca. Porém, após a construção da Barragem de Acauã, mesmo alguns moradores demonstrando resistência para sair de suas casas, foram obrigados a se retirar no momento em que o nível das águas foi subindo e o distrito ficou submerso (Fig. 04). Nesse sentido, os moradores do distrito de Pedro Velho foram realocados para a atual Vila Nova de Pedro Velho, construída com o intuito de abrigar especificamente os moradores advindos da área inundada.

Diante disso, é importante pontuar que a inundação da área ocorreu no ano de 2004, naquele momento, a população encontrava-se de certa forma confusa e inconformada em virtude de passar por um momento tão delicado e caótico, como também, ainda estavam pouco politizados sobre o real contexto em que estavam submetidos e qual a magnitude das consequências que seriam sentidas futuramente. Desse modo, grande parte deslocou-se nos últimos instantes que lhes restavam, perdendo assim a maioria de seus pertences e utensílios domésticos. Um dos motivos de resistência foi por ser aquele o lugar onde viviam, por essencialmente se atrelar a questão afetiva, pois o lugar significa muito mais do que simplesmente uma localização geográfica, ele também se associa ao sentimento de pertencer a determinado espaço, de identificação pessoal com certa área.

Figura 4 – Antigo distrito de Pedro velho submerso pelas águas da barragem de Acauã.



Fonte: Acervo do MAB, 2004.

É evidente que o processo de retirada dos atingidos ocorreu de forma conturbada pela falta de planejamento e estrutura para efetivar esse procedimento de maneira adequada, visto que, os afetados passaram por diversas dificuldades assim tornando esse período de deslocamento bem precário, e que inclusive, suas novas moradias não foram entregues de maneira formal. Tendo em vista a situação de desespero no período da ocorrência de precipitações volumosas que fizeram o nível do manancial aumentar, os moradores sem ter outra saída se apropriaram das casas previamente construídas, e de início ficaram submetidos a condições precárias cotidianamente.

No que se refere ao processo indenizatório, pode-se dizer que o mesmo foi oferecido da seguinte forma:

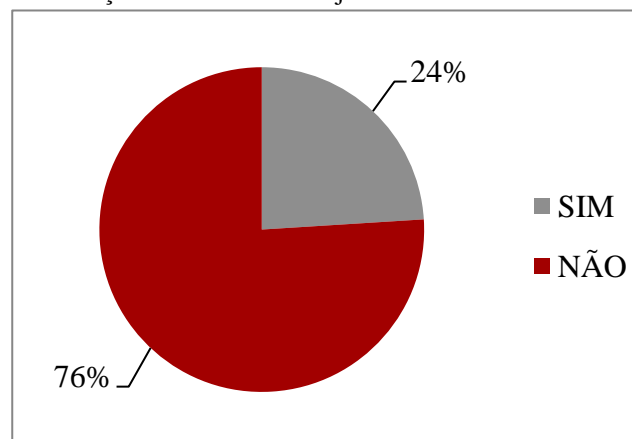
Para aqueles que tinham terra, os valores das indenizações seriam pagos a partir dos benefícios materiais existentes nas terras, tais como casas, árvores frutíferas, abstraindo a valoração do trabalho investido no trato com a terra. Para os que tinham casas, foi oferecido outra em troca, ou o pagamento em dinheiro de acordo com valores estabelecidos pelos empreendedores (LINS, 2006, p. 121).

Ainda quando se trata das especulações de como ocorreu às indenizações aos atingidos, o relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, (CDDPH, 2007, p. 12), aponta que “com a construção da Barragem, as famílias, em regra, receberam indenização pela perda dos bens (média aproximada de R\$ 4.000,00 por família) e uma casa em um dos assentamentos implantados”. Mais adiante é destacado que:

As promessas feitas a época foram a de que receberiam uma casa onde escolhessem, equivalente à que possuíam, além da indenização em dinheiro. A maioria aceitou, ante a falta de alternativa, e foi surpreendida com o pequeno valor pago e com a “casa de placa” recebida. (CDDPH, 2007, p. 16)

Diante disso, o acordo não ocorreu da forma esperada e todos que optaram por residências receberam somente as casas de placa, estas, inferiores se comparadas as que possuíam anteriormente. Ainda vale destacar que, os moradores possuíam terras onde eram utilizadas para produção agrícola e criação de animais, porém não lhes foram proporcionados a disposição de terras para o desenvolvimento de suas atividades na nova comunidade, dessa maneira, prejudicando o principal mecanismo cujo estava diretamente ligado à instância econômica familiar. Perguntados sobre o valor da indenização, se teria sido justo (Fig 05), a maior parte considerou que não, pois independente da opção escolhida o valor não correspondeu de forma equivalente a seus bens.

Figura 5 – Questionamento sobre se o valor da indenização ocorreu de forma justa.



Fonte: SILVA, L. P. da, 2018.

A localidade antes submersa pelas águas do manancial hoje encontra-se emergida devido à escassez hídrica que assola nossa região e ao baixo nível das águas do reservatório, com isso, o que ainda resta de suas construções (ruínas) reapareceram (Fig. 06).

Figura 6 - Construção da antiga Vila de Pedro Velho após o nível das águas baixarem.



Fonte: SILVA, L. P. da, 2018.

Dessa maneira, é evidente os impactos de diversas naturezas provocados pela construção da barragem, fato que contribui para um desequilíbrio social, uma vez que submeteu a comunidade a vulnerabilidade socioeconômica e a sofrer as consequências dessa realocação, assim mudando significativamente suas vidas, inclusive, pelo fato de que essas famílias serem retiradas dos seus espaços de vivência, perdendo assim os laços de afetividade do lugar ao qual pertenciam.

4.2 Luta e resistência: a atuação do MAB em busca dos direitos dos atingidos

De início, é pertinente destacar que com a barragem em fase de conclusão surge as primeiras iniciativas de resistência na própria comunidade, logo, os atingidos passaram a se mobilizar em busca de apoio em diversos segmentos com o intuito de apresentar suas inquietações, são estes: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Borborema, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação do Semiárido/Paraíba (ASA/Paraíba), parlamentares, a igreja católica, contando com o apoio do pároco de Aroeiras, e principalmente com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), esta última, com a articulação de alguns professores e alunos formaram uma comissão os quais organizaram reuniões para melhor articular as pautas em questão (Medeiros, 2010).

Nessa perspectiva, através do engajamento e das articulações formadas levaram a estruturação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o qual foi primordial na conscientização da população diante da realidade, tendo em vista todos os obstáculos que a comunidade enfrentava, pois a participação do movimento proporcionou a muitos dos seus integrantes a ampliação do conhecimento de seus direitos, vez que participaram de vários encontros e discussões acerca do contexto em que eles se encontravam.

O movimento se formou e articulou-se através dessas reuniões, assim organizando suas pautas baseadas na luta pelo direito dos atingidos, pois estes se encontravam em meio a diversos problemas cotidianos em detrimento da ausência de um plano de mitigação dos impactos e que atendessem de forma devida suas necessidades básicas. Estas ações reivindicatórias fizeram com que o movimento ganhasse forma e notoriedade no Estado da

Paraíba, conseqüentemente cada vez mais ganhando visibilidade na mídia até chegar a uma articulação e apoio do MAB nacional e diversas outras entidades.

Nesse sentido, pode-se citar diversas ações e atividades proporcionadas pelo movimento: Reuniões periódicas com as lideranças e a comunidade atingida, redação de documentos sobre a situação em questão, ofícios, cartas, notas para a imprensa, direcionados ao Ministério Público, ao governador do Estado, aos Deputados Estaduais, ao Presidente da República, redação da pauta de reivindicação dos atingidos, relatório de encontros, artigos para encontros de natureza científica, Participação da audiências com o governador do estado e Ministério Público, entre outros (Sousa et al, 2005).

Em virtude das dificuldades na qual a população atingida se encontrava em consequência da construção da barragem, do enchimento do lago de Acauã que inundou a comunidade e pelo não cumprimento das promessas governamentais, foram os principais motivos da inquietação e protestos que foram organizados e realizados pelas famílias atingidas como forma de mobilização em busca de seus direitos. Suas principais reivindicações tinham como principal objetivo a cobrança de direitos básicos de qualquer cidadão, como, melhorias no saneamento, educação, saúde, melhores condições de moradia, reavaliação dos processos de indenização, terra para os agricultores trabalharem e para criação de animais, segurança, vias de acesso, entre outros.

Diante das discussões apresentadas, podemos afirmar que a pauta principal dos atingidos gira em torno de três principais vertentes: a indenização justa pelas terras inundadas e tudo que lhe agregava, condição de vida digna na nova comunidade para onde foram realocados e a criação dos meios produtivos que lhes foram tirados, pois trata-se de uma comunidade ribeirinha que dependia essencialmente de suas atividades agropecuárias para sobrevivência.

A luta que perdura até hoje é um símbolo de resistência a um projeto que lhes foram impostos sem minimamente criar condições e estratégias adequadas para mitigar os impactos provocados pela construção da barragem, muitos desses irreparáveis, os quais envolvem valores e sentimentos referentes ao lugar onde viviam. Por isso, com a articulação do movimento dos atingidos e todas as suas ações, as representações nunca deixaram de ser apresentadas ao Estado, pautas estas, que visam a busca de soluções dos problemas pertinentes da comunidade:

Atingidos por acauã apresentam pauta a Governo da Paraíba

As famílias atingidas pela barragem de Acauã (PB) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se reuniram com uma comissão composta por representantes das Secretarias de Recursos Hídricos, Desenvolvimento Humano e Educação, das subsecretarias do Orçamento Democrático Estadual e da Agricultura Familiar e dos Projetos Cooperar e Empreender do governo estadual nessa quinta-feira (8). O objetivo da reunião foi discutir soluções viáveis para o atendimento das reivindicações existentes desde a formação do lago, há 12 anos.

A reunião aconteceu na comunidade Pedro Velho, na escola estadual, localizada no município de Aroeiras. Além dos que habitam em Pedro Velho, há ainda pessoas nas comunidades de Melancia, Cajá (Itatuba) e Costa (Natuba), totalizando aproximadamente 4.500 famílias vivendo em agrovilas, sem água, sem estradas, sem assistência médica e sem meios razoáveis de produção agrícola, pois as terras antes cultivadas ficaram submersas e não houve desapropriação fundiária para a retomada das práticas produtivas rurais. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2012).

Outra pauta importante de ser apresentada é referente ao cemitério da comunidade que ficou submerso sem que ao menos houvesse sido feita a retirada dos restos mortais do local, considerado um desrespeito a memória dos moradores perante aos seus entes queridos. Diante disso, uma das lutas foi pela construção de um novo cemitério na comunidade para que

os restos mortais pudessem ser transferidos para o mesmo, isto somente concretizado no ano de 2017 resultado da luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB):

Barragem de Acauã: inaugurado cemitério para comunidade de Pedro Velho (PB)

Foi inaugurado na segunda-feira, 13 de março, o cemitério São Sebastião, na comunidade de Pedro Velho, no município de Aroeiras (PB), a 200 km da capital. O campo santo receberá os restos mortais enterrados no antigo cemitério São José, que foi coberto pelas águas da cheia da barragem de Acauã, em 2004. O novo cemitério é resultado da luta do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Acauã (MAB), com o apoio do Ministério Público Federal, que conduziu o diálogo entre comunidade, prefeitura de Aroeiras e Sudema, possibilitando a entrega do novo cemitério. (JUSBRASIL/MPF, 2017).

Dentre muitas, uma das ações realizadas nos momentos mais críticos formam as entregas de cestas básicas, ações estas que visavam a segurança alimentar da população atingida que passava por uma série de problemas em detrimento da realocação. Recentemente também foram tomadas essas ações em uma parceria entre o governo do Estado e o MAB em virtude da atual pandemia do coronavírus:

Famílias recebem cestas básicas na Paraíba em parceria do MAB com governo estadual

As famílias atingidas pela barragem de Acauã, na Paraíba, coordenadas pelo Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), estão recebendo cestas básicas e kits de higiene pessoal do governo do estado. A entrega de mil cestas, com mais de 12 toneladas de alimentos, e de mil kits começou nesta segunda (13) e continua nesta terça (14) nos municípios de Aroeiras (comunidades Pedro Velho e Riachão), no município de Itatuba (Comunidades Cajá e Melancia) e no município de Natuba (comunidades Água Paba e Costa).

A distribuição das cestas básicas e kits de higiene pessoa é fruto de uma parceria do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba. (BRASIL DE FATO, 2020).

Dessa maneira, mesmo com a atuação do MAB nos esforços em relação à conquista dos direitos dos atingidos os avanços resultantes das lutas foram relativamente poucos, havendo muito ainda a se conquistar. A população adquiriu algumas instruções sobre seus direitos, com isso, conseguiram determinado progresso no âmbito de inserção em programas governamentais para amenização desses impactos, mas na totalidade, o objetivo principal ainda não foi alcançado, pois os cidadãos não foram beneficiados devidamente de acordo com suas necessidades e direitos. Dessa forma, o quadro de precariedade aos quais foram submetidos encontra-se presente até hoje na comunidade que ainda enfrenta dificuldades desde a infraestrutura de suas residências, até na prestação de serviços básicos indispensáveis a qualquer indivíduo.

4.3 Vila Nova de Pedro Velho: a nova comunidade e o seu contexto

A comunidade de Vila Nova de Pedro Velho é constituída, em sua maioria, de casas pré-moldadas, ficando conhecidas como casas de placa (Fig. 07), possui energia elétrica, unidade de saúde básica, igrejas, praças, uma escola que funciona nas modalidades de ensino fundamental e médio, entre outras infraestruturas, sendo que grande parte possui um funcionamento precário. Mesmo contando com tais serviços básicos, a comunidade apresenta uma série de problemas de infraestrutura, pois só existe pavimentação das ruas principais, o esgotamento sanitário é problemático, cujos grande parte dos dejetos são conduzidos até a Barragem de Acauã, dentre tantos outros problemas que contribuem para a precarização de suas condições de vida.

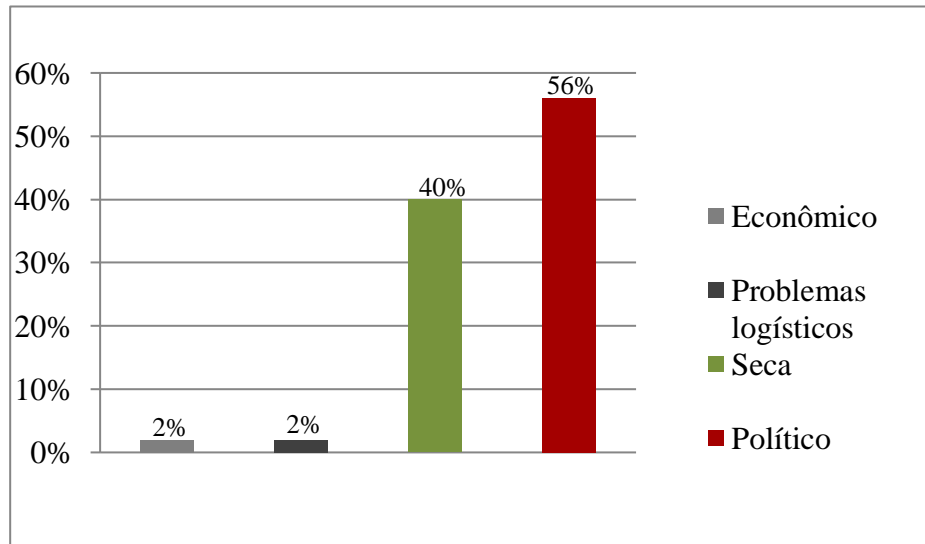
Figura 7 – Casas de placa da atual Vila Nova de Pedro Velho.



Fonte: SILVA, L. P. da, 2018.

O sistema de abastecimento de água inicialmente foi implantado e funcionou por um determinado tempo, porém, é recorrente problemas e a inexistência do recurso, que segundo os moradores, só chega em determinados momentos pontuais, pois na maior parte do tempo a comunidade não conta com o acesso a este recurso em consequência de diversos fatores, nesse cenário, o acesso só é possível mediante a compra de tal bem. Indagados sobre qual seria o principal motivo de não possuírem abastecimento hídrico regularmente já que residem nas proximidades do reservatório, os entrevistados responderam da seguinte forma (Fig 08):

Figura 8 – Questionamento sobre o principal motivo da irregularidade no abastecimento.



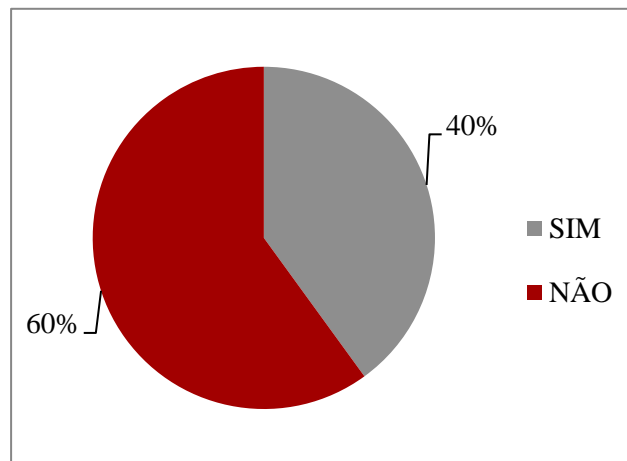
Fonte: SILVA, L. P. da, 2018.

Diante da análise dos resultados apresentados é perceptível boa parcela dos entrevistados associam esta irregularidade no abastecimento à seca, pois de certa forma este quesito influencia no direcionamento de suas respostas por ser um fenômeno que está ligado a uma questão histórica e cotidiana desses indivíduos. A maior parcela, correspondente a 56 % consideraram que este fato ocorre por questões políticas, pois mesmo o manancial contendo

uma capacidade considerável, apresentando certa segurança hídrica, em poucos momentos receberam água em suas residências, nesse sentido, vale evidenciar a falta de interesse e gestão por parte das instituições governamentais e competentes acerca de políticas públicas e de soluções para o abastecimento público, atendendo assim uma necessidade social básica prevista na Lei das Águas 9.433/1997, lei esta que define que em caso de escassez, a água deve ser destinada prioritariamente para dois fins, que são o consumo humano e a dessedentação de animais.

Devido à escassez de água, no momento atual, poucos moradores ainda trabalham com a agricultura no local onde residiam, as quais se mostram como atividades temporárias, pois só são possíveis enquanto as águas se encontram com o nível baixo. A maior parte são dependentes de programas sociais, trabalhadores assalariados, autônomos, aposentados e pescadores. Quanto ao questionamento se a barragem teria beneficiado a comunidade (Fig. 09), a maioria considerou a não eficácia dessa construção, em razão de ter sido de fato um empecilho em vez de um benefício ao povoado.

Figura 9 – Questionamento sobre se a barragem teria beneficiado a comunidade.



Fonte: SILVA, L. P. da, 2018.

Diante dessas discussões acerca da realidade dos atingidos, é imprescindível pontuar uma série de violação de direitos desses indivíduos, os quais são apontados no relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, (CDDPH, em 2007). Nesse sentido, são propiciados elementos para se discutir de que forma a construção da barragem interferiu na vida das pessoas inseridas nesse contexto.

Dentre tantas violações, é pertinente que sejam abordados as que mais tiveram impactos mais significantes diante da realidade apresentada. O primeiro, o Direito à informação, “na medida em que não foram realizadas audiências públicas nos Municípios e comunidades atingidas, tampouco tiveram os cidadãos acesso a outras fontes de informação acerca da situação que vivenciariam” - (CDDPH, 2007. P. 61). Com isso, muitos moradores em meio ao conturbado cotidiano ao qual estavam submetidos, prestes a abandonarem o seu lugar, não tiveram garantidos o acesso integral de informações de forma clara acerca do que lhes iria acontecer, quais seriam os planos de mitigação desses impactos e dos seus direitos.

Direito ao meio ambiente seguro e sadio, “visto que nos reassentamentos não foi garantido o acesso à água potável, convivendo os moradores, diariamente, com o esgoto a céu aberto e o mau cheiro insuportável dele advindo” - (CDDPH, 2007. P. 62). Neste item, é constatada a precariedade do saneamento básico, condição esta, essencial e básica para o ser humano. Na comunidade podem ser encontrados diversos locais de deposição de lixo de

forma inadequada, evidenciando-se aqui que a falta de saneamento pode-lhes causar uma série de doenças de diversas naturezas.

Direito à propriedade e a justa indenização, “na medida que proprietários não receberam indenizações pela desapropriação de seus imóveis ou receberam indenizações que não recompuseram sua situação anterior” - (CDDPH, 2007. P. 61). Como já constatado, é evidente a insatisfação dos atingidos referente ao valor da indenização, que não correspondeu de forma equivalente a seus bens.

O Direito à moradia, este pode ser considerado um dos mais que repercutiram de forma negativa, “visto que, as populações reassentadas foram alojadas em construções inadequadas, ou seja, em condições piores às anteriores” - (CDDPH, 2007. P. 61). Esta violação é um motivo de indignação por grande parte dos atingidos, pois receberam casas com qualidade muito inferior as que possuíam anteriormente, inclusive são relatados sérios problemas nas suas frágeis estruturas, comumente apresentando rachaduras.

Direito ao trabalho, “daqueles que eram agricultores e que foram reassentados em áreas que não lhes permitam trabalhar na agricultura; dos não proprietários aos quais não foi dado oportunidade de reinserção produtiva, resultando grave desemprego” - (CDDPH, 2007. P. 61). Esta violação incide diretamente no modo de vida da população atingida, pois os mesmos foram obrigados a mudar seu cotidiano, o qual estava tradicionalmente ligado ao modo de vida rural e passam para um meio “urbano” sem que houvesse nenhuma estrutura adequada para esta nova vivência. Desse modo, a construção da barragem trouxe uma série de mudanças no modo de vida dos atingidos, levando em consideração que se tratava de uma comunidade ribeirinha que vivia essencialmente de atividades agropecuárias e que lhes foram tirados os meios produtivos os quais eram a base da economia familiar, e atualmente, pelo fato de não haver na nova comunidade terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais.

Dessa forma, outros problemas podem ser verificados como, a falta de segurança pública, aumentos nos índices de violência, sistema de coleta de lixo inconstante, ocorrendo em média duas vezes por semana, entre outros apontados pelos moradores. Quando interrogados levando em consideração o padrão de vida que possuíam no antigo Pedro Velho e, em comparação ao de atualmente, 38% julgaram melhor sua situação atual, em razão de melhorias em suas casas e pela evolução e inserção em programas sociais, pois essa parcela faz parte das pessoas mais humildes do antigo povoado, já correspondente aos 62% responderam que em reflexo de tais mudanças suas vidas pioraram, em razão da não disponibilidade de terras para a permanência de suas atividades produtivas, na impossibilidade de acesso fácil a cidades vizinhas que faziam parte de suas relações comerciais e pela precarização das condições de vida ao qual foram submetidos. Nesse sentido, pode-se considerar que a Barragem de Acauã alterou significativamente a organização estrutural e produtiva da comunidade, pois mudou drasticamente o cotidiano da vida de um grande contingente de pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, através desse estudo foi possível evidenciar que a construção de grandes reservatórios que teriam por finalidade principalmente suprir a necessidade por recursos hídricos da população, acaba, na verdade, causando grandes impactos em comunidades ribeirinhas, as quais são submetidas a vulnerabilidade social em virtude dessas construções. Nessa perspectiva, foi possível observar que, os atingidos foram de certa forma obrigados a se retirarem de seu espaço de vivência, perdendo seus territórios e causando-lhes a desestruturação do padrão de organização social, pois sofreram grandes prejuízos financeiros, morais e até dos seus meios de sobrevivência, além disso, foram submetidos à falta de serviços básicos por falta de infraestrutura na nova comunidade onde foram reassentados.

Contudo, o mais relevante impacto foi produzido sobre seus modos de vida, pois a maioria da população diretamente afetada era constituída por famílias que viviam da atividade agrícola, da criação de animais e da pesca. Nesse sentido, tiveram vários de seus direitos violados, onde na avaliação feita pelos órgãos responsáveis referente ao processo indenizatório foram insuficientes e incompatíveis aos bens que possuíam, visto que os moradores se mostraram insatisfeitos, principalmente com a impossibilidade de desenvolver suas atividade agropecuárias, as quais faziam parte e contribuía diretamente com a economia familiar.

Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que, após sua finalização da obra, a assistência oferecida não foi equivalente ao esperado, deixando-os distantes das melhorias prometidas com a implementação da obra, então só lhes restaram arcar com as consequências. Dessa forma, o principal objetivo do presente estudo foi evidenciado, pois foram discutidos os reais impactos causados sobre a comunidade e de que forma a construção da barragem interferiu na dinâmica cotidiana da vida dos atingidos.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**. v. 13, n. 36, São Paulo SP, 1999, p. 7-59. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 12 jun. 2020.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm#:~:text=L9433&text=LEI%20N%C2%BA%209.433%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201997.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,o%20inciso%20XIX%20do%20art.&text=1%C2%BA%20da%20Lei%20n%C2%BA%208.001,28%20de%20dezembro%20de%201989. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N º 107/2017, DE 25 DE JUNHO DE 2017**. Recife, PE, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19287874/do1-2017-09-13-resolucao-n-107-de-27-de-julho-de-2017-19287788#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20S%C3%A3o%20considerados%20aptos,em%20qualquer%20por%C3%A7%C3%A3ode%20seu%20territ%C3%B3rio. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **RESOLUÇÃO N º 115/2017, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017**. Fortaleza, CE, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/739568/do1-2017-12-05-resolucao-n-115-de-23-de-novembro-de-2017-739564. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRITO, F. C. da S.; LIMA, D. C.; SOUSA, J. D. de.; MEDEIROS, A. C. de.; MARACAJA, P. B.; MEDEIROS, A. P. de.; PAIVA, A. C. de. Uma abordagem histórica e teórica das políticas públicas de combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 57-65, 2017. Disponível em:

<https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/4749>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, TM de C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. **IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas**. ABRH, Foz do Iguaçu PR, 2001. Disponível em: http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_do_Brasil_08_de_junho_def.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

CAVALCANTE, J. **Famílias recebem cestas básicas na Paraíba em parceria do MAB com governo estadual**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/familias-recebem-cestas-basicas-na-paraiba-em-parceria-do-mab-com-governo-estadual>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. **Relatório das atividades de visita ao Estado da Paraíba e aos assentamentos decorrentes da implementação da Barragem de Acauã**. Brasília - DF, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatorioEmergencial_Acau.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH. **RELATÓRIO SINTÉTICO: ACAUÃ**. In: **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília - DF, 2007, p. 59-62. Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2020/06/RELATO%CC%80RIO-DE-DH-Atingidos_relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. Vulnerabilidade ambiental e mudanças globais. In: **Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil**. 252p. Brasília-DF, 2016, p. 73-165. Disponível em: <https://www.cgEE.org.br/documents/10195/734063/DesertificacaoWeb.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. de. C et. al. **Geografia: Conceitos e temas**, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Projeto de Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Aroeiras – Estado da Paraíba. Recife-PE: **CPRM/PRODEEM**, 2005, P. 3-4. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15801/Rel_Aroeiras.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 out. 2020.

CUNHA, Rita Luzia Abreu da. Conceitos e definições de Seca. In: **Definição de cenários de referência para avaliação dos impactos das secas**. 147p. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia Civil)-Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2008, p. 5-13. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/58023/1/000129128.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

EVANGELISTA, G. M. O papel do MAB / A nova organização das comunidades atingidas. In: **A chegada das águas: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho**

rural provocadas pela formação de lagos artificiais. 314p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG. Campina Grande-PB, 2012, p. 207-254. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/2041/1/GENYSON%20MARQUES%20EVANGELISTA%20-%20TESE%20PPGCS%202012.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos das ciências sociais. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008, p. 8-25. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

HAESBAERT, R. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 35-98 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4049992/mod_resource/content/1/Haesbaert.%20Ca.p.%202%20definindo%20territorio.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. de. C et. al. **Geografia: Conceitos e temas,** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-205. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. Métodos específicos das Ciências Sociais. In: **Fundamentos da metodologia científica.** 5º ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2003, p. 106-112. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 08 out. 2020.

LINS, R. P. Impactos socioeconômicos da construção do reservatório Acauã sobre as comunidades de Cajá e Melancia. In: **Limnologia da barragem de Acauã e codeterminantes socioeconômicos do seu entorno: uma nova interação do limnólogo com sua unidade de estudo.** 134p. Dissertação de mestrado. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa – PB, 2006, p. 96-130. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4500/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB. **Atingidos por acauã apresentam pauta a governo da Paraíba.** Disponível em: <https://mab.org.br/2012/11/11/atingidos-por-acau-apresentam-pauta-governo-da-para-ba/>. Acesso em: 07 fev. 2021.

MEDEIROS, E. C. R de. Acerca das barragens: breves registros. In: **Registro da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos reassentamentos de acauã: a alfabetização de jovens e adultos.** 317p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, Natal-RN, 2010, p. 29-80. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14315>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MEDEIROS, E. C. R de. O processo de mobilização local. In: **Registro da atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos reassentamentos de acauã: a alfabetização de jovens e adultos**. 317p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2010, p. 156-182. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14315>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. **Barragem de Acauã: inaugurado cemitério para comunidade de Pedro Velho (PB)**. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/437952044/barragem-de-acaua-inaugurado-cemiterio-para-comunidade-de-pedro-velho-pb?ref=serp>. Acesso em: 14 fev. 2021.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. In: **Estudos avançados**, v. 11, n. 29, p. 127-154, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100007. Acesso em: 22 jun. 2020.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. In: **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4ª. Ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 212-222. Disponível em: http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. **REIS**, v. 1998, n. 2001, Salvador BA, 2006. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2_DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf. Acesso em: 08 set. 2020.

SOUSA, A. M. de; OLIVEIRA, F. G. de; BARROS JÚNIOR, G; NASCIMENTO, M. F. do. Luta pela reconquista da cidadania em acauã, na Paraíba. Rio de Janeiro RJ, 2005. **I Encontro Ciências Sociais e Barragens**. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st2_14.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SOUZA, Francisca Neli de; AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. Mudança espacial e impactos socioambientais: a construção da Barragem de Acauã em Aroeira-PB. **Rios Eletrônica. Revista Científica da FASETE**, Paulo Afonso BA, 2013. Disponível em: http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2013/mudanca_espacial_e_impactos_socioambientais.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. de. C et. al. **Geografia: Conceitos e temas**, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Delimitação do semiárido**, 2017. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>. Acesso em: 12 jun. 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A COMUNIDADE**QUESTIONÁRIO**

Idade: Sexo: Escolaridade:

1- Quais atividades econômicas eram desenvolvidas pela comunidade quando residiam em Pedro Velho?

2- De que forma ocorreu o processo de realocação dos moradores?

3- Como funcionou o processo indenizatório?

4- Você achou justo o valor da indenização?

Sim Não

5- Atualmente, de que forma você sustenta-se economicamente?

6- A barragem beneficiou a comunidade?

Sim Não

7- De qual maneira a construção da barragem interferiu na comunidade?

8- Quais as principais ações do MAB na comunidade?

9- Referente ao padrão de vida que você possuía no antigo Pedro Velho, em comparação ao que tem atualmente?

Melhor Pior

10- Já que a comunidade reside tão perto da barragem, qual o principal motivo de na maior parte do tempo não possuir abastecimento de água advindo desse manancial?

Econômico Problemas logísticos Seca Político

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por ter me mantido firme durante todo o caminho percorrido ao decorrer do curso.

À minha orientadora Valéria Raquel Porto de Lima, por ter conduzido e auxiliado na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

À professora Nathália Rocha Morais, pelas leituras sugeridas e orientações na fase inicial do meu trabalho.

Aos professores que fizeram parte da Banca Examinadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores do Departamento de Geografia, pelas contribuições na minha formação acadêmica.

Aos meus familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.